

e documentos de suporte, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.

6 — As contas foram examinadas por nós na qualidade de revisores oficiais de contas, tendo emitido a certificação legal das contas e o relatório de revisão.

7 — Considerando que o relatório de Gestão descreve com clareza a evolução dos negócios sociais e tendo em consideração a certificação legal das contas, somos de parecer que:

a) Sejam aprovados os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2004;

b) Sejam aprovados o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Linda-a-Pastora, 25 de Fevereiro de 2005. — O Fiscal Único, Mariquito, Correia & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Francisco Escaraméia Mariquito, revisor oficial de contas. 2011126100

SOCIEDADE DAS ÁGUAS DA CURIA, S. A.

Relatório n.º 8-H/2007

Conservatória do Registo Comercial da Anadia. Matrícula n.º 1125/060421; identificação de pessoa colectiva n.º 500726701; data da apresentação: 13 de Abril de 2005.

Maria Teresa Ferreira dos Santos Reis, ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Anadia:

Certifica que foi feito o depósito dos documentos de prestação de contas da sociedade em epígrafe, relativamente ao ano de 2004.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial da Anadia, 29 de Abril de 2005. — A Ajudante, Maria Teresa Ferreira dos Santos.

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Dando cumprimento às disposições legais em vigor, vimos submeter à apreciação de VV. Ex.ªs o relatório da gestão sobre a actividade da sociedade durante o ano de 2004, bem como o balanço analítico, demonstração dos resultados e respectivos anexos.

A actividade da sociedade durante o ano em apreço está claramente traduzida nos documentos referidos, pelo que a administração irá, neste relatório, detalhar apenas os pontos mais significativos da actividade durante o ano transacto.

I — Investimento

Como se sabe, a sociedade tem em curso os seguintes investimentos, tendo como objectivo atingir os pressupostos aprovados pelos accionistas em anteriores assembleias gerais, tal como abaixo se descrevem (valores em euros):

1 — Ampliação e remodelação do Hotel das Termas:

Custo total previsto (execução do projecto até à data cerca de 65%)	5 432 921,00
Financiam. utilizado até 31 de Dezembro de 2004:	
Prestações acessórias de capital	1 996 074,00
Incentivos Sivetur:	
Não reembolsáveis	738 596,63
Reembolsáveis	548 647,72
Financiamento bancário	616 000,00

Neste momento, o Hotel das Termas tem já concluída a remodelação dos 30 quartos antigos bem como da sala de estar/bar.

A nova ala, com 52 quartos e suites, tem praticamente concluída a construção civil estando em curso a instalação das especialidades. A entrada em funcionamento está prevista para Maio de 2005.

2 — Remodelação dos edifícios termais:

Custo total	4 166 293,00
Financiamento utilizado:	
Prestações acessórias de capital	517 433,00
Incentivos Sivetur:	
Não reembolsáveis	213 721,16
Reembolsáveis	113 028,57
Financiamento bancário	448 000,00

O edifício termal mais recente foi remodelado, tendo sido reaproveitados os espaços existentes e instalado diverso equipamento novo (duches Bertholet, Vichy, novas banheiras de hidromassagem, um ginásio de grandes dimensões dispondo dos aparelhos mais modernos, etc.), que aumentou em termos funcionais a capacidade deste balneario.

Está em plena laboração, atendendo inclusive a clientela que anteriormente utilizava o edifício termal mais antigo, uma vez que este se encontra desafecto aguardando o início das obras de remodelação, previsto para 2005.

II — Actividade comercial

1 — Actividade hoteleira

É de salientar o aumento da facturação, apesar do encerramento de parte apreciável dos quartos, durante o período de obras, como atrás descrito.

Foi possível concluir as obras a tempo de alojar uma das equipas participantes no Euro 2004.

Tendo em vista a quebra de actividade sofrida durante o ano de 2004 pela maioria das unidades hoteleiras similares, situadas no interior, consideramos satisfatória a variação de facturação, que começa a ser influenciada pela remodelação dos quintos e entrada em funcionamento do Campo de Golfe da Curia.

A taxa de ocupação média anual passou de 43,47% em 2003 para 49,69% em 2004.

Vendas em 2004 — 899 699,26 euros.

Vendas em 2003 — 796 055,19 euros.

2 — Actividade termal

Assistiu-se, durante o ano, a uma quebra das inscrições tradicionais, à semelhança do ocorrido na maioria dos concessionários com características idênticas, tendo-se, no entanto, o volume de facturação mantido sensivelmente igual ao de 2003.

Este facto deve-se à sociedade estar a seguir uma nova política comercial por forma a compensar a perda do termalismo clássico e, no rumo da estratégia definida pela Empresa, de captação de novos mercados, nomeadamente do bem-estar e estética. Para esse fim, foram elaborados programas termais das mais diversas componentes, a fim de atingir os objectivos propostos.

Foi considerável a adesão dos utentes aos novos programas postos à sua disposição pela sociedade (neste momento, cerca de 19) que oferecem «pacotes» de serviços diversos, propondo combinações de alojamento, tratamentos termais, dietética, anti-stress, estética, golfe, etc.

É de salientar a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 142/2004 que, substituindo a obsoleta legislação de 1928, permitirá aos concessionários uma muito mais elástica utilização das suas instalações.

Vendas em 2004 — 837 723,04 euros.

Vendas em 2003 — 838 491,85 euros.

III — Resumo dos resultados do exercício

	2001	2002	2003	2004
Cash-flow	51 689	133 427	(111 152)	(4 028)
Resultados líquidos	(114 817)	(21 159)	(308 721)	(207 779)

Saliente-se a melhoria de *performance* relativamente ao ano de 2003, apesar da influência da prolongada situação de crise e dos inconvenientes.

nientes causados pontualmente pelas obras nas instalações hoteleiras e termais.

IV — Proposta de aplicação de resultados

Em face do exposto a administração propõe que o resultado líquido do exercício, no valor de 207 778,62 euros, negativo, seja levado à conta de resultados transitados.

V — Agradecimentos

A administração entende dever agradecer:

À Câmara Municipal de Anadia por todo o apoio dado nas diversas vertentes em que tem sido necessária a sua colaboração.

Às entidades ligadas à tutela, nomeadamente Instituto Geológico e Mineiro e Direcção-Geral de Saúde, pelo acompanhamento da actividade da empresa.

Às entidades bancárias que têm apoiado a sociedade em toda a sua política de gestão em curso.

Ao conselho fiscal e revisores oficiais de contas, pela pronta colaboração prestada, sempre que solicitada.

Aos colaboradores da sociedade, nomeadamente ao corpo clínico, pelo empenho posto no cumprimento dos objectivos.

Curia, 1 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *José Manuel Nunes Romão*, presidente — *Alberto Coimbra* — *Alberto da Conceição Ferreira Espinhal* — *Gonçalo Pereira Coutinho* — *João Paulo Nunes Romão*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Publicidade de participações accionistas dos membros dos órgãos de administração e fiscalização (artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de administração	Número de acções
Cidadela — Sociedade de Investimentos Turísticos, S. A., representada pelo Eng. José Manuel Nunes Romão	367 030
Eng. José Manuel Nunes Romão e sua cónjuge Maria Margarida Marau de Carvalho Romão	564
Dr. Alberto da Conceição Ferreira Espinhal e sua cónjuge Leonor do Rego Gautier Espinhal	130

Publicidade das participações de accionistas (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

	Número de acções
Cidadela — Sociedade de Investimentos Turísticos, S. A. (correspondentes a 91,76% do capital da sociedade)	367 030

O Conselho de Administração: *José Manuel Nunes Romão*, presidente — *Alberto Coimbra* — *Alberto da Conceição Ferreira Espinhal* — *Gonçalo Pereira Coutinho* — *João Paulo Nunes Romão*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

	2004		2003	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	600,00	24,99	575,01	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	12 327,22	4 395,39	7 931,83	6 067,86
Propriedade industrial e outros direitos	498,80	—	498,80	498,80
Trespases	68 490,72	13 698,14	54 792,58	61 641,65
Projecto Piter	136 931,47	43 027,89	93 903,58	116 716,36
	<u>218 848,21</u>	<u>61 146,41</u>	<u>157 701,80</u>	<u>184 924,67</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	105 774,87	76 885,41	28 889,46	28 889,46
Edifícios e outras construções	6 301 870,21	2 161 231,28	4 140 638,93	4 223 683,30
Equipamento básico	1 072 567,81	553 086,97	519 480,84	520 047,53
Equipamento de transporte	18 527,75	10 928,19	7 599,56	8 428,64
Ferramentas e utensílios	7 420,53	3 687,67	3 732,86	1 225,28
Equipamento administrativo	882 322,14	738 659,81	143 662,33	172 114,47
Outras imobilizações corpóreas	211 946,81	130 422,11	81 524,70	71 011,35
Imobilizações em curso	4 456 163,77	—	4 456 163,77	1 076 649,06
	<u>13 056 593,89</u>	<u>3 674 901,44</u>	<u>9 381 692,45</u>	<u>6 102 049,09</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	1 500,00	—	1 500,00	1 500,00
Adiantam, p/conta investimentos financeiros	—	—	—	—
	<u>1 500,00</u>	<u>—</u>	<u>1 500,00</u>	<u>1 500,00</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 985,72	—	5 985,72	5 857,64

	2004		2003	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	79 551,35	—	79 551,35	59 422,28
Clientes cobrança duvidosa	3 296,45	2 025,85	1 270,60	2 028,20
Accionistas	96,86	—	96,86	96 86
Estado e outros entes públicos	651 106,42	—	651 106,42	94 013,06
Outros devedores	4 941 355,97	—	4 941 355,97	182 115,80
	<u>5 675 407,05</u>	<u>2 025,85</u>	<u>5 673 381,20</u>	<u>337 676,20</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	1 662,35	—	1 662 35	6 226,50
Caixa	4 170,56	—	4 170 56	19 765,72
	<u>5 832,91</u>	—	<u>5 832,91</u>	<u>25 992 22</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	—	—	—	—
Custos diferidos	5 591 90	—	5 591,90	4 253,52
	<u>5 591,90</u>	—	<u>5 591,90</u>	<u>4 253 52</u>
<i>Total de amortizações</i>	—	<u>3 736 047,85</u>	—	—
<i>Total de provisões</i>	—	<u>2 025,85</u>	—	—
<i>Total do activo</i>	<u>18 969 759,68</u>	<u>3 738 073,70</u>	<u>15 231 685,98</u>	<u>6 662 253,34</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2004	2003
Capital próprio:		
Capital	2 000 000,00	2 000 000,00
Acções próprias — Valor nominal	(480,00)	(480,00)
Acções próprias — prémios e descontos	227,80	227,80
Prestações suplementares e acessórias de capital	2 563 507,00	330 000,00
Prémios de emissão de acções	99 759,58	99 759,58
Reservas de reavaliação	754 310,07	754 310,07
Reservas:		
Reservas legais	8 161,49	8 161,49
Outras reservas	206 194,71	206 194,71
Resultados transitados	(406 860,23)	(242 523,64)
<i>Subtotal</i>	<u>5 224 820,42</u>	<u>3 155 650,01</u>
Resultado líquido do exercício	(207 778,62)	(308 721,32)
<i>Total do capital próprio</i>	<u>5 017 041,80</u>	<u>2 846 928,69</u>
Passivo:		
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Dívidas a instituições de crédito	2 262 797,90	748 196,85
Dívidas ao Instituto do Turismo de Portugal	2 006 379,75	—
Accionistas	—	757 041,53
	<u>4 269 177,65</u>	<u>1 505 238,38</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	513 540,74	1 077 791,59
Fornecedores, c/c	281 748,47	105 997,93
Adiantamentos de clientes	—	—
Fornecedores imobilizado, c/c	62 699,24	383 569,63
Fornecedores imobilizado, com títulos a pagar	57 215,22	—
Estado e outros entes públicos	33 145,54	25 077,83
Outros credores	1 911 304,16	190 430,15
	<u>2 859 653,37</u>	<u>1 782 867,13</u>

	2004	2003
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	97 902,57	88 046,32
Proveitos diferidos	2 987 910,59	439 172,82
	<u>3 085 813,16</u>	<u>527 219,14</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>10 214 644,18</u>	<u>3 815 324,65</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>15 231 685,98</u>	<u>6 662 253,34</u>

O Conselho de Administração: *José Manuel Nunes Romão*, presidente — *Alberto Coimbra* — *Alberto da Conceição Ferreira Espinal* — *Gonçalo Pereira Coutinho* — *João Paulo Nunes Romão*.

Demonstração dos resultados em 2004

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	1 871,23	7 038,10
Matérias	<u>229 091,71</u>	<u>207 804,91</u>
	230 962,94	214 843,01
Fornecimentos e serviços externos	695 193,80	669 330,40
Custos com o pessoal:		
Remunerações	564 305,16	545 840,74
Encargos sociais:		
Pensões	—	—
Outros	<u>146 682,03</u>	<u>148 757,38</u>
	710 987,19	694 598,12
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	202 926,77	196 368,04
Provisões	<u>824,10</u>	<u>1 201,75</u>
	203 750,87	197 569,79
Impostos	50 963,35	196 368,04
Outros custos operacionais	<u>7 501,91</u>	<u>8 299,23</u>
	58 465,26	168 780,35
(A)	1 899 360,06	1 945 121,67
Juros e custos similares:		
Outros	<u>127 088,45</u>	<u>89 552,02</u>
(C)	2 026 448,51	2 034 673,69
Custos e perdas extraordinários	<u>14 538,84</u>	<u>12 817,30</u>
(E)	2 040 987,35	2 047 490,99
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>1 794,52</u>	—
(G)	2 042 781,87	2 047 490,99
Resultado líquido do exercício	<u>(207 778,62)</u>	<u>(308 721,32)</u>
	1 835 003,25	1 738 769,67

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Vendas:		
Mercadorias	1 776,73	7 258,30
Prestações de serviços	<u>1 783 364,32</u>	<u>1 688 875,08</u>
	1 785 141,05	1 696 133,38
Proveitos suplementares	2 833,38	2 969,81
Outros proveitos e ganhos operacionais	—	2 017,32
(B)	1 787 974,43	1 701 120,51
Outros juros e proveitos similares:		
Outros	<u>3 200,79</u>	<u>1 209,42</u>

	2004	2003
(D)	1 791 175,22	1 702 329,93
Proveitos e ganhos extraordinários	43 828,03	36 439,74
(F)	1 835 003,25	1 738 769,67
Resumo:		
Resultados operacionais: (B)-(A) =	(111 385,63)	(244 001,16)
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A) =	(123 887,66)	(88 342,60)
Resultados correntes: (D)-(C) =	(235 273,29)	(332 343,76)
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =	(205 984,10)	(308 721,32)
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =	(207 778,62)	(308 721,32)

O Conselho de Administração: *José Manuel Nunes Romão*, presidente — *Alberto Coimbra* — *Alberto da Conceição Ferreira Espinhal* — *Gonçalo Pereira Coutinho* — *João Paulo Nunes Romão*.

Demonstração dos resultados por funções em 2004

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	1 785 141,05	1 696 133,38
Custo das vendas e das prestações de serviços	— 1 648 190,94	— 1 547 422,49
Resultados brutos	136 950,11	148 710,89
Outros proveitos e ganhos operacionais	2 833,38	4 987,13
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	— 192 703,86	— 228 918,83
Outros custos e perdas operacionais	— 58 465,26	— 168 780,35
Resultados operacionais	— 111 385,63	— 244 001,16
Custo líquido de financiamento	— 123 887,66	— 88 342,60
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	—	—
Ganhos (perdas) em outros investimentos	—	—
Ganhos (perdas) em alienações de imobilizações	—	—
Resultados correntes	— 235 273,29	— 332 343,76
Impostos sobre os resultados correntes	— 1 794,52	—
Resultados correntes após impostos	— 237 067,81	— 332 343,76
Resultados extraordinários	29 289,19	23 622,44
Impostos sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados líquidos	— 207 778,62	— 308 721,32
Resultados por acção	— 0,52	— 0,77

O Conselho de Administração: *José Manuel Nunes Romão*, presidente — *Alberto Coimbra* — *Alberto da Conceição Ferreira Espinhal* — *Gonçalo Pereira Coutinho* — *João Paulo Nunes Romão*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 2004

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	1 685 932	1 767 779
Pagamentos a fornecedores	683 790	669 472
Pagamentos ao pessoal	694 599	704 684
Fluxo gerado pelas operações	307 543	393 623
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(4 280)	(16 256)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(380 410)	(489 952)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(77 147)	(112 585)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	9 375	10 644
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	12 817	14 539
Fluxos das actividades operacionais (1)	(80 589)	(116 480)

	2004	2003
Actividades de investimento:		
Recebimentos/pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	42 398	—
Imobilizações corpóreas	(687 772)	(3 979 618)
Imobilizações incorpóreas	(116 001)	(4 479)
Subsídios para investimentos	100 000	(368 385)
Empréstimos aos sócios	—	—
Juros e proveitos similares	1 209	3 201
Dividendos	—	—
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	<u>(660 166)</u>	<u>(4 349 281)</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos/pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	399 134	2 956 731
Juros e custos similares	(90 028)	(127 908)
Suprimentos	100 000	(757 042)
Amortização de contratos de locação financeira	(8 354)	(4 074)
Variações no capital social, prestações suplementares e prémios de emissão	330 000	2 233 507
Variações no capital próprio	—	144 388
Aquisição/alienação de acções e quotas próprias	—	—
Subsídios e doações	—	—
Cobertura de prejuízos	—	—
Gratificações de balanço	—	—
Dividendos	—	—
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<u>730 752</u>	<u>4 445 602</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	(10 003)	(20 159)
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	35 995	25 992
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>25 992</u>	<u>5 833</u>

O Conselho de Administração: *José Manuel Nunes Romão*, presidente — *Alberto Coimbra* — *Alberto da Conceição Ferreira Espinhal* — *Gonçalo Pereira Coutinho* — *João Paulo Nunes Romão*. — A Técnica de Contas, *Margarida A. P. C. Menezes Fonseca*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados de 2004

Observação inicial:

As notas do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004, são aplicáveis aos pontos a seguir mencionados os valores monetários expressos em euros e as notas ordenadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

3 — Critérios valorimétricos:

Nas várias rubricas do balanço e demonstração dos resultados, foi adoptado o critério de valorização ao custo de aquisição, à excepção dos bens de imobilizado corpóreo reavaliados.

Nas reintegrações do imobilizado foi utilizado o método das quotas constantes, tomando por base as taxas fixadas na portaria n.º 773/81 e do decreto regulamentar n.º 2/90, reduzidas a 50%, na linha do que habitualmente é praticado na empresa.

As provisões para cobranças duvidosas foram calculadas em função dos riscos identificados no final do exercício, por aplicação das taxas legais vigentes.

Relativamente às existências, estas foram também, e como habitualmente, valorizadas a custos de aquisição.

7 — Número médio de pessoas ao serviço da empresa:

Número médio de empregados ao serviço da empresa no exercício: 43.

10 — Movimento nas rubricas activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	—	600,00	—	600,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	8 447,72	3 879,50	—	12 327,22
Propriedade industrial/outros direitos	498,80	—	—	498,80
Trespases	68 490,72	—	—	68 490,72
Projecto Piter	136 931,47	—	—	136 931,47
	<u>214 368,71</u>	<u>4 479,50</u>	<u>—</u>	<u>218 848,21</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	105 774,87	—	—	105 774,87
Edifícios e outras construções	6 270 711,79	31 158,42	—	6 301 870,21
Equipamento básico	1 057 417,52	15 150,29	—	1 072 567,81
Equipamento de transporte	18 527,75	—	—	18 527,75

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Saldo final
Ferramentas e utensílios	4 743,99	2 676,54	—	7 420,53
Equipamento administrativo	877 996,23	4 325,91	—	882 322,14
Outras imobilizações corpóreas	193 904,92	18 041,89	—	211 946,81
Imobilizações em curso	1 076 649,06	3 379 514,71	—	4 456 163,77
	<u>9 605 726,13</u>	<u>3 450 867,76</u>	<u>—</u>	<u>13 056 593,89</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	1 500,00	—	—	1 500,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	—	—	—	—
	<u>1 500,00</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 500,00</u>

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:			
Despesas de instalações	—	24,99	24,99
Despesas de investigação e desenvolvimento	2 379,86	2 015,53	4 395,39
Trespases	6 849,07	6 849,07	13 698,14
Projecto Piter	20 215,11	22 812,78	43 027,89
	<u>29 444,04</u>	<u>31 702,37</u>	<u>61 146,41</u>
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	76 885,41	—	76 885,41
Edifícios e outras construções	2 047 028,49	114 202,79	2 161 231,28
Equipamento básico	537 369,99	15 716,98	553 086,97
Equipamento de transporte	10 099,11	829,08	10 928,19
Ferramentas e utensílios	3 518,71	168,96	3 687,67
Equipamento administrativo	705 881,76	32 778,05	738 659,81
Outras imobilizações corpóreas	122 893,57	7 528,54	130 422,11
	<u>3 503 677,04</u>	<u>171 224,40</u>	<u>3 674 901,44</u>

12 — Diplomas legais em que se baseou a reavaliação das imobilizações corpóreas:

Foram efectuadas várias reavaliações do imobilizado corpóreo, de acordo com os seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 118B/96; Decreto-Lei n.º 111/98; Decreto-Lei n.º 49/91; Decreto-Lei n.º 264/92 e Decreto-Lei n.º 31/98.

15 — Bens utilizados em regime de locação financeira:

Locadora financeira	Equipamentos	Valor inicial	Número de contrato	Valor em dívida
BPI Leasing	Gaivotas para lago	21 330,00	158 681	11 766,40

23 — Valor global nas dívidas de cobrança duvidosa:

Clientes de cobrança duvidosa:

Dívidas de clientes: 3296,45 euros.

estão garantidos pela hipoteca AP.19/13-08-97 no valor de 748 196,85 euros, hipoteca AP.10/14-03-00 no valor de 249 398,90 euros e hipoteca AP.08/19-01-01 no valor de 249 398,95 euros, do terreno e edifício do Hotel, registado na C. R. Predial de Anadia sob o n.º 020022/280695.

28 — Dívidas ao Estado e outros entes públicos em situação de mora:

À data de 31 de Dezembro de 2004 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

30 — Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais:

Existem financiamentos contraídos no Banco BPI, S. A, no valor de 998 797,90 euros, contabilizados como empréstimos bancários que

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

Transitou do ano anterior a seguinte situação de garantia hipotecária, dada a entidade bancária para cobertura de financiamento:

Terreno e edifício do Hotel, registado na C. R. Predial de Anadia, sob o n.º 2022/280695.

34 — Contas de provisões acumuladas e movimentos ocorridos no exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobrança duvidosa (a):				
Dívidas de clientes	1 201,75	824,10	—	2 025,85

36 — Número de acções em que se divide o capital da empresa:

Capital da empresa: 2 000 000 euros.

Número de acções: 400 000 acções, sendo 24 acções nominativas e 367 030 nominativas em nome de Cidadela — Sociedade de Investimentos Turísticos e 32 946 acções ao portador.

37 — Pessoas colectivas que detêm, pelo menos 20% do capital social:

Cidadela — Sociedade de Investimentos Turísticos, S. A., 367 030 acções, representando 91,76% do capital social.

39 — Variação das reservas de reavaliação:

Não se verificaram, no exercício, alterações das reservas de reavaliação, mantendo-se o valor de 754 310,07 euros.

40 — Movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios:

Rubricas	Saldo inicial	Movimento no ano	Saldo final
Capital	2 000 000,00	—	2 000 000,00
Acções próprias:			
Valor nominal	(480,00)	—	(480,00)
Descontos e prémios	227,80	—	227,80
Prestações suplementares e acessórias de capital	330 000,00	2 233 507,00	2 563 507,00
Prémios de emissões de acções	99 759,58	0,40	99 759,98
Reservas de reavaliação	754 310,07	—	754 310,07
Reservas:			
Reservas legais	8 161,49	—	8 161,49
Outras reservas	206 194,71	—	206 194,71
Resultados transitados	(242 523,64)	(164 336,59)	(406 860,23)
Resultado líquido exercício	(298 185,06)	90 406,44	(207 778,62)
	2 857 464,95	2 159 577,25	5 017 042,20

41 — Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Mercadorias	Matérias-primas
Existências iniciais	—	5 857,64
Compras	1 871,23	229 219,79
Existências finais	—	5 985,72
Custos no exercício	1 871,23	229 091,71

44 — Vendas e prestações de serviços por actividades:

	2004
Hotelaria	899 699,26
Termal	837 723,04
Parque	45 942,02
Mercadorias	1 776,73
Total	1 785 141,05

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Juros suportados	99 346,23	84 883,35
Outros custos e perdas financeiros	27 742,22	4 668,67
Resultados financeiros	(123 887,66)	(88 342,60)
	3 200,79	1 209,42

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Juros obtidos	2 487,55	132,06
Descontos pronto-pagam. obtidos	—	—
Rendimentos de imóveis	713,24	1 077,36
	3 200,79	1 209,42

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Donativos	2 300,00	540,00
Dívidas incobráveis	—	—
Perdas em imobilizações	—	—
Multas e penalidades	1 455,90	39,90
Correcções relativas exerc. anteriores	10 175,99	12 237,40
Outros custos e perdas extraordinários	606,95	—
Resultados extraordinários	29 289,19	23 622,44
	43 828,03	36 439,74

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Benefícios de penalidades contratuais	—	360,18
Ganhos em existências	—	—
Ganhos em imobilizações	6 989,50	—
Redução de amortizações e provisões	—	—
Correc. relativas a exerc. anteriores	3 296,10	9 014,15
Outros proveitos e ganhos extraordin.	33 542,43	27 065,41
	43 828,03	36 439,74

O Conselho de Administração: *José Manuel Nunes Romão*, presidente — *Alberto Coimbra* — *Alberto da Conceição Ferreira Espinhal* — *Gonçalo Pereira Coutinho* — *João Paulo Nunes Romão*. — A Técnica de Contas, *Margarida A. P. C. Menezes Fonseca*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras de Sociedade das Águas da Curia, S. A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de balanço de 15 229 891 euros e um total de capital próprio de 5 017 042 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 207 779 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Sociedade das Águas da Curia, S. A., em 31 de Dezembro de 2004 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 10 de Março de 2005. — Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Maria Ribeiro da Cunha*.

Relatório da sociedade de revisores oficiais de contas

1) Nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, vem esta sociedade, na qualidade de revisor oficial de contas da Sociedade das Águas da Curia, S. A., apresentar o seu relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício de 2004.

2) No ano anterior procedemos à revisão das demonstrações financeiras e elaborámos, igualmente, o respectivo relatório, parecer e certificação legal de contas.

3) Verificámos os livros, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.

4) Os nossos exames foram efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, através de testes e verificações dos registos e dos documentos de contabilidade que considerámos necessários nas circunstâncias.

5) Procedemos à conferência dos valores patrimoniais da empresa e através do método da amostragem constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos geralmente aceites.

6) No decorrer do exercício analisámos a movimentação das contas do imobilizado corpóreo e verificámos que as taxas de amortização aplicadas se encontram nos limites estabelecidos pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90.

As amortizações do imobilizado corpóreo adquirido foram calculadas pelo método das quotas constantes, tendo as taxas de amortização sido reduzidas a 50%, à semelhança de anos anteriores.

Mantêm-se por amortizar alguns bens que quando amortizados poderão não ser aceites como custos fiscais.

7) O critério valorimétrico das existências é o indicado na nota n.º 3 do anexo, satisfaz as disposições legais, conduzindo a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

8) Em nossa opinião, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e as

respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2004.

9) Em resultado do desempenho das nossas funções e tomando em consideração o exposto nos pontos anteriores emitimos a certificação legal das contas que deve fazer parte integrante do relatório e parecer do conselho fiscal.

Lisboa, 10 de Março de 2005. — Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Maria Ribeiro da Cunha*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1) Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decorrer do exercício de 2004, bem como o nosso parecer sobre o relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e as respectivas notas anexas relativos àquele exercício, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo conselho de administração da Sociedade das Águas da Curia, S. A.

2) Acompanhámos a gestão da sociedade e reunimos com o conselho de administração que nos manteve informados sobre as diferentes políticas seguidas para o desenvolvimento da empresa.

3) As contas e o resultado da gestão foram seguidos e apreciados no decorrer da nossa actividade.

Analisámos o relatório e a certificação legal das contas emitidos pelo revisor oficial de contas, documentos estes que acompanham o nosso parecer e com os quais concordamos.

4) O relatório do conselho de administração menciona os factos administrativos mais significativos, complementa as contas e contém referências aos negócios sociais esclarecendo adequadamente a gestão do exercício.

5) Em resultado do exame das contas, em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas em anexo, reproduzem os elementos da escrita-livros, registos contabilísticos e documentos de suporte.

6) As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas legais e os princípios contabilísticos geralmente aceites, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira da empresa à data de 31 de Dezembro de 2004 e os resultados líquidos do exercício findo naquela data.

7) Face ao exposto, tendo em atenção a certificação legal das contas e dado que não tomámos conhecimento de quaisquer infracções à lei e aos estatutos, com os de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e as respectivas notas anexas, referentes ao exercício de 2004;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação do saldo da conta de resultados líquidos;

3.º Que seja aprovado um voto de confiança ao conselho de administração pela forma criteriosa e eficaz como conduziu os negócios da empresa.

Lisboa, 10 de Março de 2005. — O Conselho Fiscal: Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, presidente — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Maria Ribeiro da Cunha* — *Acácio Lopes*, vogal — *Arlindo da Conceição Freire*, vogal.

Extracto da acta da assembleia geral de accionistas realizada em 29 de Março de 2005

Aos 29 dias do mês de Março do ano de 2005, pelas 12 horas, reuniram em assembleia geral, na sede da sociedade, sita na Curia, freguesia de Tamengos, concelho de Anadia, os accionistas da Sociedade das Águas da Curia, Sociedade Anónima, Sociedade Aberta, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Anadia sob o n.º 1125, pessoa colectiva n.º 500726701 e com o capital social, integralmente realizado, de 2 000 000 de euros.

Assim, o presidente da mesa passou à leitura da ordem de trabalhos que tem o seguinte teor:

1.º Apreciar, discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de 2004;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4.º Deliberar sobre a aquisição ou alienação de acções próprias, em conformidade com o disposto, respectivamente, nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais;

5.º Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

O presidente da mesa pôs em discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos.

Como nenhum accionista tivesse querido usar ainda da palavra, o presidente da mesa pôs à votação conjunta cada um dos documentos que constam do relatório de gestão e das contas do ano de 2004, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Passando ao 2.º ponto da ordem de trabalhos, o presidente da mesa começou por referir que, embora a proposta a votar já estivesse incluída no relatório de gestão entendia dever repeti-la para que fosse expressa e especificamente votada.

Assim, pôs à discussão a proposta do conselho de administração nos termos da qual «o resultado líquido do exercício, no valor de 207 778,62 euros, negativo, seja levado à conta de resultados transitados».

Como nenhum accionista tivesse querido pronunciar-se a propósito, o presidente da mesa pôs a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto quarto da ordem de trabalhos, o presidente da mesa informou os presentes de que tinha recebido uma proposta da accionista Cidadela — Sociedade de Investimentos Turísticos, Sociedade Anónima, com o seguinte teor:

«Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais propomos que seja autorizado o conselho de administração da Sociedade das Águas da Curia, S. A., Sociedade Aberta, a promover e efectuar quer compras quer vendas de acções próprias da mesma Sociedade, até aos limites fixados por lei, sempre que em qualquer dos casos o julgue conveniente, autorização esta que tem como valores mínimos e máximos quer para aquisição, quer para alienação, respectivamente 1,25 euros e 7,56 euros.

Mais se propõe que tal autorização, com os respectivos poderes, seja válida por um período de dezoito meses a contar desta data.»

(Sem assinaturas.)

2007709066

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750